

Apresentação editorial

A Revista de Direito da Empresa e dos Negócios da Unisinos – RDEN, apresenta, em seu oitavo volume, um conjunto de estudos que espelha a complexidade crescente do ambiente empresarial contemporâneo. Os artigos que compõem este número, embora partam de objetos e metodologias distintos, convergem para um mesmo horizonte: a empresa moderna, em suas múltiplas dimensões — societária, concorrencial, tributária, ambiental, tecnológica e penal — e os desafios que o Direito enfrenta para regular, e por vezes conter, as transformações do capital, da tecnologia e do mercado.

A presente edição se organiza em torno de três grandes eixos temáticos, que dialogam entre si e revelam um traço comum: a tensão permanente entre a liberdade empresarial e os mecanismos jurídicos de controle.

1. Estrutura, Governança e Negócios Societários

O número se abre com estudos dedicados à estrutura e à governança das sociedades empresárias. O primeiro artigo examina a possibilidade de exclusão extrajudicial de acionista em sociedades anônimas de capital fechado, mediante a aplicação subsidiária do Código Civil — tema que coloca em evidência a aproximação entre a companhia fechada e a sociedade limitada, a partir da presença da *affectio societatis* e do dever de lealdade entre sócios.

Na sequência, discute-se a responsabilidade civil nas negociações pré-contratuais de fusões e aquisições (M&A). O estudo enfrenta uma questão de grande relevância prática: como responsabilizar a parte que rompe culposamente as tratativas, ainda que não tenha sido celebrado contrato? A resposta é construída a partir da boa-fé objetiva, do abuso de direito e da teoria da culpa *in contrahendo*, com apoio em normas e princípios de direito comparado.

2. Regulação Estatal e Atuação sobre o Mercado

O segundo eixo reúne os trabalhos voltados à atuação do Estado sobre a atividade econômica. Um dos artigos analisa os atos de concentração empresarial e o papel do CADE, problematizando os limites da intervenção estatal frente à liberdade de contratar e à dinâmica do mercado. A partir de uma perspectiva crítica, questiona-se a eficiência das técnicas antitruste e a adequação de conceitos como o de concorrência perfeita à realidade concreta dos negócios.

Em diálogo com essa temática, outro estudo examina a incidência do ISS sobre as atividades-meio da indústria do arroz. Sob as perspectivas normativista e institucional, demonstra-se a ilegitimidade da tributação municipal sobre etapas que integram a cadeia de industrialização do produto, evidenciando como a atuação do Fisco e a insegurança jurídica impactam diretamente a competitividade e o valor das empresas do setor.

Ainda nesse eixo, insere-se a análise da teoria do propósito negocial como elemento de validade do planejamento tributário. À luz do sistema jurídico brasileiro, de raiz romano-germânica, o estudo defende que, em razão do princípio da legalidade, a ausência de propósito negocial não é, por si só, fundamento suficiente para desconsiderar negócios jurídicos lícitos e existentes, podendo servir apenas como indício de simulação ou abuso de direito.

3. Novas Fronteiras: Sustentabilidade, Tecnologia e Criminalidade Econômica

O terceiro eixo volta-se às novas fronteiras do Direito Empresarial. Um dos trabalhos aborda a aplicação dos princípios ESG nas instituições financeiras, analisando o compromisso da alta administração e o fenômeno do *greenwashing*. O estudo demonstra que o apoio declarado das lideranças, embora essencial, não é suficiente para coibir a discrepância entre discurso e prática, exigindo governança robusta, verificação externa e transparência efetiva.

Em outra frente, examina-se o papel do Direito na regulação da inteligência artificial e no fomento ao empreendedorismo digital. O artigo discute a necessidade de marcos jurídicos adaptativos e éticos que promovam a segurança jurídica sem inibir a inovação, abordando temas como proteção de dados, ética algorítmica e inclusão digital, e propondo recomendações para o contexto brasileiro.

Por fim, a edição se encerra com uma leitura crítica do filme *O Lobo de Wall Street* à luz do Direito Penal Econômico e da teoria da financeirização. O estudo evidencia a fragilidade estrutural do Direito diante da criminalidade de elite, problematizando o papel do compliance e da governança corporativa e defendendo o fortalecimento da responsabilização penal da pessoa jurídica.

Apesar da diversidade de temas, os trabalhos aqui reunidos dialogam entre si ao revelarem um traço comum: a tensão permanente entre a liberdade empresarial e os mecanismos jurídicos de controle. Seja na esfera societária, concorrencial, tributária, ambiental ou penal, o Direito é chamado a equilibrar a promoção da inovação e do desenvolvimento com a proteção de valores

fundamentais — a boa-fé, a transparência, a justiça fiscal, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Com esta edição, a Revista reafirma seu compromisso com a produção acadêmica crítica e interdisciplinar, oferecendo à comunidade jurídica subsídios para compreender e enfrentar os desafios de um Direito da Empresa em permanente transformação. Boa leitura.

Daniela Pellin

Editora-chefe